



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA
TRABALHANDO PARA NOVAS CONQUISTAS
ADMINISTRAÇÃO 2013/2016

Fabiano Barbosa Lima	Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Graduando em Tecnologia em Geoprocessamento	(62) 3942 – 6306 (62) 8242 - 2226 operacional@terraconsulte.com.br
Luis Carlos Fernandes CPF/MF 039.522.451-94	Graduando em Engenharia Ambiental	(62) 3942 – 6306 (62) 8127 – 3932 luis@terraconsulte.com.br
Marcio Pereira Ramos CPF/MF 011.191.351-92	Técnico Operacional Pleno	(62) 3942 – 6306 marcio@terraconsulte.com.br
Estela Fernandes de Morais CPF/MF 028.775.341-70	Graduanda em Engenharia Civil	(62) 3942 – 6306 estela@terraconsulte.com.br

II – REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA

TITULAR	CARGO	TELEFONE / E-MAIL
Aguinaldo Goulart de Andrade	Secretário de Agricultura, Abastecimento e Pecuária	(64) 3663 – 1025 (64) 9962 – 1692 aguinaldogoulart@hotmail.com
João Batista Pereira	Gestor do Departamento da Agricultura Familiar/ Sec. de Agricultura, Abastecimento e Pecuária	(64) 3663 - 1025 jbcpt2009@hotmail.com
Lucirlene de Melo	Fiscal Vigilância Sanitária	(64) 3663 - 2419
Luciene G. Martins Albuquerque	Assistente Social - CRAS	(64) 9947 - 5377 lucigmartins@outlook.com
Marcia Maciel Costa	Coordenadora do Núcleo de Endemias	(64) 3663 – 2419 (64) 9943 - 7877
Soraia Cabral Lima Cruz	Executora Administrativa I - CRAS/ PETI	(64) 9911 – 1484 (64) 3663 – 2836
Wellington Rodrigues Horbylon	Secretário de Obras e Serviços Urbanos	(64) 9962 - 3668 (64) 3663 – 1025 wellingtonhorbylon@hotmail.com
Valtênio Luiz dos Santos	Assessor da Secretaria de Obras	(64) 9951 – 9457 (64) 3663 – 1025



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA
TRABALHANDO PARA NOVAS CONQUISTAS
ADMINISTRAÇÃO 2013/2016

III – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E OUTROS

TITULAR	CARGO	TELEFONE / E-MAIL
Francisco Gomes Belo	Coordenador SINTRAF	(64) 9934 - 7094 (64) 3663 - 1240 (64) 9300 - 7384
Sandoval Ribeiro de Sousa	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caiapônia	(64) 3663 - 1624
Renata Macedo Lopes Roma	Tecnóloga em Saneamento Ambiental	(64) 9944 - 7055

IV – REPRESENTANTE DA SANEAGO

TITULAR	CARGO	TELEFONE / E-MAIL
João Cassimiro de Oliveira	Agente Administrativo	(64) 9699 - 9057 saneago-jcassimiro@saneago.com.br

V – REPRESENTANTES DA UNIRV CAMPUS CAIAPÔNIA

TITULAR	CARGO
Stelamara Souza Pereira	Professora do Curso de Engenharia Ambiental
Zaqueu Henrique de Souza	Professor do Curso de Engenharia Ambiental
Diogo Santana Vieira	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Guilherme Eduardo Santos Bueno	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Helen Karen Guimarães Leite	Acadêmica do Curso de Engenharia Ambiental
José Ricardo Ferreira Rodrigues	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Layson Barbosa Mendonça	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Paulo Junio Alves da Silva	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Poliana Olimpia Leite Pereira	Acadêmica do Curso de Engenharia Ambiental
Rafael Gomes Pereira	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Raysa Moraes Castro	Acadêmica do Curso de Engenharia Ambiental
Vitor Garcia Itacaramby	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Wallacy Silva Ferreira	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Washington Martins Galvão Filho	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental
Weslainy Soares Dos Santos	Acadêmica do Curso de Engenharia Ambiental
Zander Morais A. Filho	Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental

5/6



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA
TRABALHANDO PARA NOVAS CONQUISTAS
ADMINISTRAÇÃO 2013/2016

Art. 8.º Esta Comissão exercerá suas atividades com o apoio das Secretarias Municipais, que deverão prover apoio institucional ao Comitê Executivo para o desenvolvimento dos trabalhos em todas as etapas, através do fornecimento de informações técnicas, mapas e demais informações que venham ser necessárias no decorrer do trabalho.

Art. 9.º As atividades dos membros do Comitê de Coordenação e Executivo não serão remuneradas, constituindo-se serviço público relevante.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Caiapônia/GO, 14 de outubro de 2015.

ARGEMIRO RODRIGUES SANTOS NETO
Prefeito Municipal

Declaro para os devidos fins
que este Decreto foi
publicado no placar oficial da
Prefeitura Municipal em

14.10.15

Secretário de Administração

II PRODUTO B – PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

A **mobilização social** versa em processo contínuo de: a) animação; b) promoção do envolvimento de pessoas; c) fornecimento de informações e constituição de espaços de participação e diálogo.

Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.
– (TORO¹, in “O que é Mobilização Social”²)

É preciso muita criatividade para manter viva a vontade e o interesse das pessoas. Além da constituição de novos espaços que promovam a participação da sociedade durante o processo de elaboração e implementação do PMSB através de reuniões, consultas, oficinas e audiências. Outros meios podem ser utilizados para tornar o processo ainda mais participativo, tais como a promoção de eventos, campanhas e a elaboração de materiais.

A mobilização social é utilizada como estratégia de apoio e estímulo à participação na gestão e no controle do território resultando no comprometimento dos atores envolvidos, ou seja, quem participa possui melhores condições de contribuir e reivindicar em favor do município.

Deve basear-se em um constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais, em uma rede de apoio e colaboração que estimula a adoção de parcerias e fortalece os laços de confiança.

A mobilização social ocupa um papel de destaque no processo de construção do PMSB dando um caráter democrático e participativo a todo o processo, contribuindo para a realização de um trabalho realístico e consistente com as necessidades de cada região e com os anseios da comunidade. Portanto, além de um bom planejamento torna-se necessário o empenho por parte dos agentes públicos e líderes comunitários, para que todos os objetivos sejam alcançados e assim contribuam de forma incisiva.

¹Bernardo Toro - Escritor, filósofo e educador colombiano, autor do livro “*Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*”- escrito com Nísia Maria Duarte Werneck.

² Disponível em - <http://www.nossasalvador.org.br/site/colunas/135-o-que-e-mobilizacao-social> - Acesso 02/2013.

2 OBJETIVOS

O PMS, como já informado, apresenta a organização do formato participativo na elaboração do PMSB descrevendo todas as ações, estratégias e metodologias para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do PMSB. A participação social possibilitará ainda, a instituição de novas regras para o saneamento básico do Município de Caiapônia, visando o eficiente gerenciamento, a definição de responsabilidades e a adoção de medidas que incorrerão na melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida dos municípios.

O Plano de Mobilização Social tem como objetivos:

- a. Assegurar a participação da sociedade e garantir que esta seja de caráter democrático e participativo na elaboração do PMSB;
- b. Desenvolver junto à sociedade a necessidade de responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais;
- c. Criar mecanismos para mobilizar os vários segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- d. Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos;
- e. Promover discussões junto à população quanto às potencialidades e os problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações;
- f. Sistematizar as informações, contribuições e anseios da população quanto ao saneamento no município;
- g. Assegurar a realização de eventos para a troca de informações, o recebimento de sugestões e avaliações durante as varias fases de elaboração do PMSB.
- h. Buscar a cooperação junto a outros processos locais de mobilização e ação;
- i. Buscar a cooperação junto a outros canais locais de Comunicação e inserir a Mobilização;
- j. Mobilizar os gestores e técnicos municipais para o desenvolvimento de ações de forma contínua com o intuito de concretizar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.

Neste contexto, a participação social representa um grande desafio para a elaboração do PMSB e deve expressar os direitos e deveres da sociedade democrática. Dentre as modalidades de participação e controle social destacam-se as audiências públicas, consultas, participação em conferências, grupos de trabalho, comitês, conselhos,

seminários ou outro meio que possibilite a expressão e debate de opiniões individuais ou coletivas.

Para se chegar de fato aos objetivos deste plano deve-se abranger estratégias para o desenvolvimento da Comunicação Social, como ferramenta da mobilização que deverá ser desenvolvida com os seguintes objetivos:

- a. Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do Plano;
- b. Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do Plano;
- c. Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento e da fiscalização e regulação dos serviços de coleta seletiva;

O primeiro ponto será determinar o que será comunicado, em que etapas serão feitas, os meios utilizados para essa comunicação por meio de um mapeamento de veículos de comunicação e estabelecimento de contato para garantir veiculação local da campanha.

3 METODOLOGIA

As metodologias de mobilização social deverão facilitar situações que contribuam para processos de conhecimento da atual situação, de forma que os participantes fiquem conscientes dos problemas que os afetam, conheçam suas causas e procurem implementar ações de melhoria, sempre tendo em vista o papel do município, dos cidadãos e da sociedade civil nesse processo.

A mobilização social e os canais de comunicação devem ser usados como estratégia, não somente de difusão das políticas públicas setoriais, mas como um instrumento de estímulo à corresponsabilidade da sociedade nas ações da administração pública, ainda garantir à população o acesso às informações, representação técnica e participação no processo de elaboração e planejamento do plano.

Buscar o envolvimento de todas as formas de organização já existentes na comunidade, institucionalizadas ou não, assim como toda a diversidade de grupos étnicos, culturais e etários, avaliando fatores e dinâmicas locais que possam facilitar a comunicação e mobilização é determinante para o processo. Por isso, é fundamental que os processos de mobilização social sejam cuidadosamente planejados em conjunto pelo poder público e as lideranças locais.

Ações de médio e longo prazo, de forma contínua, devem ser planejadas e acompanhadas por ações de mobilização e comunicação social considerando as peculiaridades e dinâmicas sociais do município, prevendo alterações no decorrer do processo.

3.1 METODOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E MARKETING

O planejamento de comunicação é um processo de nível tático derivado do planejamento de *marketing*. Segundo Corrêa (2004), consiste de um método administrativo e sistemático, cujo objetivo refere-se à coordenação dos objetivos, estratégias e diversas fases das ações de comunicação, como campanha de propaganda, promoção de vendas ou relações públicas.

O planejamento constitui um processo complexo e abrangente. Possui dimensões e características próprias, implica uma filosofia e políticas definidas e é direcionado por princípios gerais e específicos. (...) Está vinculado a situações e realidades da vida de pessoas,

grupos, organizações, instituições públicas e privadas. É inerente ao processo de gestão estratégica. Possibilita maximizar resultados e minimizar deficiências. (KUNSCH, 2003, p.207).

A comunicação e marketing exercem uma função de fixação de conceitos e de veiculação de informações, além de funcionar como multiplicadores indiretos. Seria necessário apoiar-se em meios de comunicação de massa para conseguir rapidez e grande alcance. Entretanto, como esses veículos são de alto custo, pode-se utilizar a estratégia de comunicação e mobilização social de caráter popular, alternativa e espontânea qual seja: relações interpessoais, criatividade, simplificação de recursos e ludicidade.

O grande desafio da comunicação, ao mobilizar, é tocar a emoção das pessoas, sem, contudo, manipulá-las, porque se assim se fizer, ela será autoritária e imposta. PERUZZO (1998) observa que estes movimentos implicam o exercício da decisão partilhada e requerem a existência de canais desobstruídos, informações abundantes, autonomia, co-responsabilidade e representatividade.

3.1.1 Metodologia das reuniões participativas

Recomenda-se que o coordenador do Comitê Executivo seja o responsável pelas convocações de todos os eventos de mobilização social. Esta convocação não deverá ser realizada com um prazo inferior de 03 (três) dias de antecedência. A convocação pode ser feita por convite impresso e/ou convite digital via e-mail, com confirmação de recebimento obrigatória, enviada a todos os integrantes dos Comitês. Iremos utilizar do calendário de eventos de 2015 da prefeitura, em anexo, e demais eventos para a comunidade Caiaponiense com o intuito de divulgar o PMSB em eventos já difundidos no município.

Para manter a organização e o bom andamento das reuniões recomenda-se que a mediação e a condução dos trabalhos sejam feitas por um membro do Comitê de Coordenação.

Os locais, datas e horários dos eventos serão definidos em conjunto pelos Comitês e pela empresa de consultoria para garantir os requisitos de espaço físico, acomodação, acessibilidade e conforto aos participantes.

O agendamento, a organização, bem como a garantia do espaço físico será de responsabilidade do Comitê de Coordenação em parceria com a contratada. O mesmo deverá, quando necessário, disponibilizar um sistema audiovisual para uma melhor apresentação aos participantes.

4 INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS

Como estratégia para estimular a participação foi definida uso das “**Metodologias Participativas**”, atentando em planejar e adaptar a metodologia para cada localidade, levando em consideração as dinâmicas políticas e sociais locais e as características da população a ser mobilizada. Esta escolha tem base nos DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014 que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS.

A definição de “**Metodologias Participativas**” ganha intensidade e a opção entre os diversos métodos ofertados constituem-se em um ato intencional, vinculado aos resultados esperados e ao ambiente político vigente. Para o fortalecimento de uma participação efetiva, esta definição metodológica deve ocorrer através de debate livre transparente, na própria instância de participação, sem a imposição de forças de dominação.

[...] quando trabalhamos com enfoque participativo, nossa intenção não deve estar centrada nos instrumentos, métodos e técnicas, mas naquilo que constitui a questão central da participação: o poder. Ou melhor, as disputas sobre o poder. Instrumentos participativos tem como função principal ajudar a estruturar as disputas sobre poder entre atores sociais, torná-las mais transparentes e, dessa forma, contribuir para uma distribuição mais equitativa do poder (BROSE, 2004).

O **poder público deve assumir papel orientador e provocador** desse diálogo com a sociedade, por intermédio das diferentes formas de participação social, citadas e de acordo com orientações do Comitê de Coordenação e da empresa contratada, assim como as reuniões que deverão ser preparadas, organizadas e convocadas em parceria com os agentes públicos e participação dos representantes da comunidade.

Criar condições institucionais, técnicas e profissionais para que ocorra o processo de mobilização será importante para a boa articulação com instituições onde serão firmadas parcerias com no intuito de dar apoio e contribuir para a mobilização dos diversos setores da sociedade, tendo o bom desenvolvimento das etapas necessárias para a elaboração do mesmo.

4.1 FASE DE DIAGNÓSTICO

Nesta fase a Terra fará uma apresentação para a comunidade sobre: os grupos de trabalho e suas funções (Comitês, representantes da sociedade e técnicos da Terra), a

importância do Plano Municipal de Saneamento Básico, o Plano de Mobilização Social e o relatório preliminar de diagnóstico do município. Este relatório preliminar deverá ser apresentado à comunidade por meio dos eventos de mobilização predefinidos, de tal forma que os pontos fortes e fracos do setor de saneamento municipal sejam amplamente avaliados, identificados pela Terra através da análise dos dados levantados a partir do questionário técnico-participativo (em anexo) a ser realizado com a sociedade por meio digital através do acesso ao site: www.pmsbcaiaponia.jimdo.com/questionario/.

As sugestões e críticas deste evento serão analisadas e utilizadas para confeccionar o relatório final de diagnóstico, que será composto tanto pelo enfoque técnico como pelo diagnóstico participativo levantado das percepções sociais. Até o término da confecção do texto final o relatório preliminar será mantido pela prefeitura em seu site para consulta e contribuições. (Ministério das Cidades, 2011).

4.2 FASE DE PROGNÓSTICO

Neste evento será apresentado pela Terra o relatório preliminar de prognóstico envolvendo a prospectiva e planejamento estratégico, os cenários, objetivos e metas. Os pontos fortes e fracos do prognóstico serão analisados, avaliados e discutidos entre os participantes. As críticas e sugestões após a devida análise serão agregadas ao relatório final de prognóstico, a fim de que, a prospectiva estratégica seja compatível com as aspirações sociais e com as características econômico-sociais do município. Até o fim da confecção do texto final o relatório preliminar será mantido pela prefeitura em seu site para consulta e contribuições. (JUNIOR, 2012)

4.3 FASES DE PRIORIZAÇÃO DE OBJETIVOS E/OU PROGRAMAS

Neste evento a Terra fará uma apresentação para a comunidade dos programas, projetos e ações para o alcance do cenário de referência. Este relatório preliminar será discutido com a comunidade de forma que os programas, projetos e ações específicas para cada eixo do setor de saneamento sejam hierarquizados de acordo com os anseios da população.

As sugestões e críticas deste evento serão analisadas e utilizadas para confeccionar o relatório final considerando as necessidades reais da população. Será realizado um levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os

hábitos e as atitudes em nível local. Até o fim da confecção do texto final o relatório preliminar será mantido pela prefeitura em seu site, blog, rede social ou outra forma de divulgação predefinida para consulta e contribuições.

4.4 IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PARCEIROS

A mobilização social não deve confundida com manifestações públicas, tendo a presença das pessoas em passeata, concentração, Isso não caracteriza uma mobilização. Mobilização social é um processo educativo que promove o exercício da participação social, estando as pessoas envolvidas não fazendo parte, mas sendo parte, de forma a compreender o processo e participar criticamente das decisões.

Ela estabelece estratégias de mobilização dos agentes, inclusive para o envolvimento dos meios de comunicação (jornais, rádios e outros). A mobilização social deve ser reconhecida como um ato de comunicação, mas a mesma mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, ela exige ações de comunicação, enquanto processo de compartilhamento de ideais, visões e informações.

Na perspectiva das políticas públicas, mobilização social pode ser caracterizada como processo que ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados envolvidos.

Segundo Antônio Lino, fundador da ONG ³Aracati, “A Mobilização Social é um processo educativo que promove a participação (empoderamento) de muitas e diferentes pessoas (irradiação) em torno de um propósito comum, a mobilização social.” Para fins metodológicos e analíticos, é importante ainda definir os elementos constituintes da mobilização social, quais sejam: empoderamento, irradiação e a convergência (Figura 1).

³ A Aracati - Agência de Mobilização Social nasceu em 1999, da fusão de duas outras organizações com a missão de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de participação juvenil no Brasil. Desde sua fundação, vem formando grupos de jovens e pautando a participação brasileira.

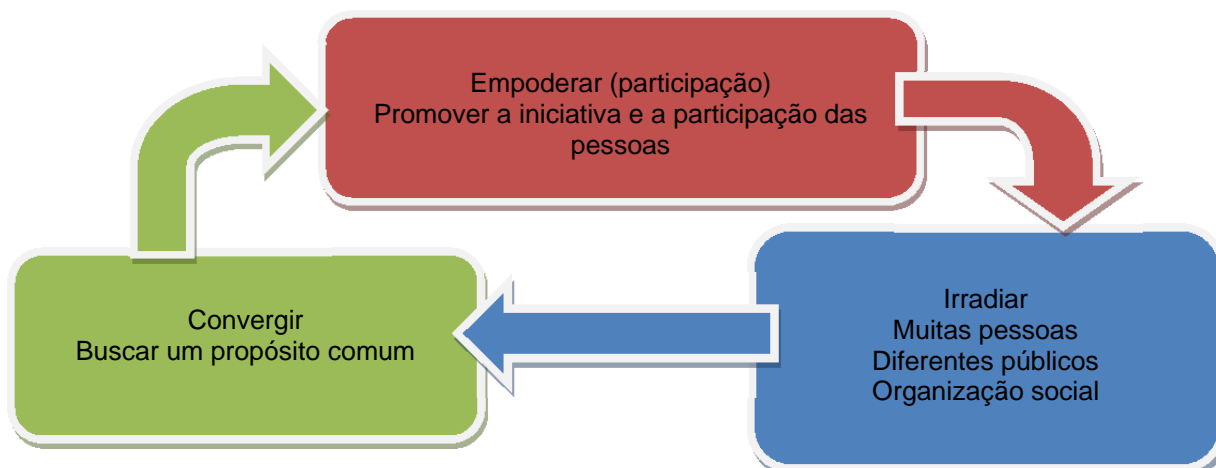


Figura 1: Processo de Mobilização Social segundo Antonio Lino – Aracati.

Os atores sociais parceiros para ajudar na mobilização social devem ser líderes comunitários dos bairros e/ou distritos, representantes institucionais (Câmara municipal de vereadores, universidades, companhia de saneamento, órgãos públicos), conselhos (conselhos municipais e de classes), demais órgãos colegiados, representantes de sindicatos, associações, cooperativas e organizações.

Recomenda-se que os cadastros dos agentes públicos sejam feitos e atualizados pelo Comitê de Coordenação.

4.5 EQUIPES DE TRABALHO

A equipe de trabalho para o desenvolvimento do PMSB do município de Caiapônia deverá ser composta pelos membros do Comitê de Coordenação e Comitê Executivo, por membros da equipe técnica municipal e pela equipe técnica da empresa Terra Consultoria, Estudos e Projetos Ambientais Ltda.

O Comitê de Coordenação é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada. A ele são atribuídas as funções de: discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental (FUNASA, 2012).

O Comitê Executivo é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano. A ele são atribuídas as funções de: executar as atividades previstas no plano apreciando cada fase da elaboração do PMSB e de cada produto a ser

entregue à FUNASA e seguir os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos (FUNASA, 2012).

A equipe técnica do município é atribuída às funções de: participar das reuniões e audiências públicas; fornecer informações e auxiliar na sua disponibilização sempre que necessário; colaborar com a mobilização social.

A equipe técnica da Terra Consultoria, Estudos e Projetos Ambientais fica encarregada da elaboração do PMSB, com a apresentação dos produtos em tempo hábil e elaboração do material referente à mobilização social. A equipe técnica da Terra será composta por:

1. Ivaldo Donizetti de Oliveira – CREA 52005/D-MG - Engenheiro Civil
2. Izabel Cristina Moura de Moraes – CREA 12.539/D-GO Tecnóloga em Saneamento Ambiental e Técnica em Saneamento– Especialista em Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos e Líquidos.
3. Rosângela Maria Ribeiro - CREA 1201745845 / D-MT. Engenheira Sanitarista e Engenheira de Segurança do Trabalho.
4. Rogério Menezes De Oliveira – CPF 032.158.036-23 – Administrador
5. Alisson Rodrigues Castro – Estagiário em Engenharia Ambiental e Sanitária.
6. Estela Fernandes de Moraes – CPF 028.775.341-70 – Estagiária em Engenharia Civil.
7. Giovane Moraes Toledo – CRBio 70133/04-D – Biólogo – Especialista em Educação Ambiental.
8. Gleide Moura de Moraes Silva – CPF 968.263.801-10 – Pedagoga.
9. Lamara Brenda de Barcelos Gomes - Estagiária em Engenharia Ambiental e Sanitária.
10. Luis Carlos Fernandes – CPF 039.522.451-94 – Estagiário em Engenharia Ambiental.
11. Marcio Pereira Ramos– CPF: 011.191.351-92 – Técnico em Informática.

4.6 MAPEAMENTO DOS SEGUIMENTOS PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A mobilização social deve abranger toda a área do município (meio urbano e rural) para isso, a divisão do território municipal foi distribuída em 5 (cinco) regiões chamadas de **Setores de Mobilização (SM)**, ou seja, locais planejados para receberem os **Eventos de**

Mobilização (EM) com caráter participativos e de forma a promover efetivamente a presença de toda a comunidade. A Figura 2 ilustra o perímetro urbano de Caiapônia e os povoados de Boa Vista e Planalto Verde.

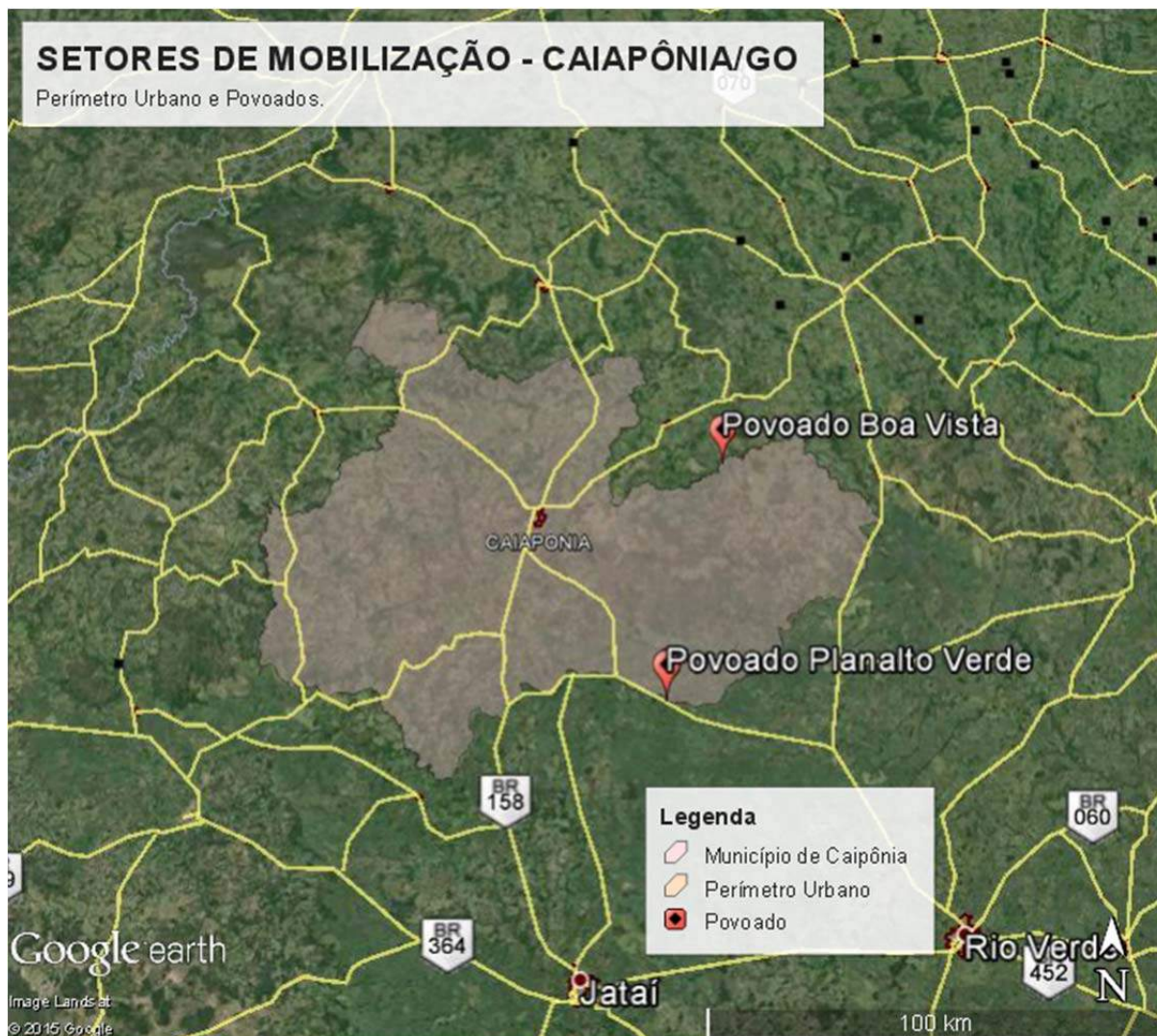


Figura 2: Perímetro urbano e povoados do município de Caiapônia.
Fonte: SIEG/ Google Earth.

Esta demarcação foi definida conforme a apresentação da proposta de convênio à FUNASA, constando a realização de 3 (três) eventos por SM, totalizando em 15 eventos para divulgação do PMSB e mais 1 (um) uma Conferência Municipal e 1 (uma) Audiência Pública para validação do PMSB.

A Tabela 1 abaixo apresenta os SM da zona rural, zona urbana descontínua e zona urbana contínua com referência às distâncias entre a sede e o número de famílias presentes. Já a Tabela 2 a seguir apresenta o número de eventos em cada etapa de elaboração do PMSB.